

## UMA INTRODUÇÃO À NEUROFILOSOFIA: O PROBLEMA MENTE-CORPO

**Camila Gomes Victorino**

*Departamento de Fisiologia, Instituto de Biociências, USP  
Recebido 25mai2009 / Aceito 15dez2009 / Publicação inicial 17dez2009  
camila.victorino@usp.br*

**Resumo.** A neurofilosofia tenta desvendar os mistérios da inteligência consciente, aliada a outras ciências como a neurociência e a inteligência artificial. Apesar do crescente avanço da neurofisiologia, uma filosofia da mente que se adequa a todos os resultados e eventos observados das ciências cognitivas ainda não pôde ser formulada, existindo um enorme desacordo quanto à origem dos estados mentais. Designado como problema mente-corpo, ele divide a comunidade filosófica e científica em dualistas e monistas. Se os primeiros afirmam que os estados mentais não têm como origem os estados cerebrais, os segundos afirmam que há uma correlação entre estados físicos do encéfalo e estados mentais, sem, no entanto, chegar a um consenso quanto aos detalhes da correlação entre encéfalo e mente.

**Palavras-chave.** neurofilosofia, filosofia da ciência, dualismo, monismo.

### AN INTRODUCTION TO NEUROPHILOSOPHY: THE MIND-BODY PROBLEM

**Abstract.** Neurophilosophy, allied to other sciences, like Neuroscience and Artificial Intelligence, tries to unravel the consciousness intelligence mysteries. In spite of the Neurophilosophy development, a Mind Philosophy which essays to conform to the cognitive science observed-events has never had the chance to be formulated, because there is an enormous disagree concerning the mental states origins. Designed as the mind-body problem, it breaks up the philosophical and scientific community in dualists and monists. If the first ones claim that mental states don't have the brain as source, the last ones claim that there is a relation between brain physical states and mental states, without, however, being in a consensus about the details concerning the mind-brain relationship

**Keywords.** Neurophilosophy, Science Philosophy, dualism, monism.

Quando as dúvidas relativas ao funcionamento do encéfalo humano surgem na mente de um indivíduo, sua primeira reação é pensar nas neurociências. Ela é a linha de estudo mais bem conhecida do não-especialista, porém não é a única, fazendo parte de um grupo que contém muitas outras ciências que tentam elucidar o funcionamento do encéfalo, bem como as repercussões que elas podem trazer para a sociedade, tanto em termos filosóficos e sociais, como tecnológicos. Essas ciências, quando agrupadas, passam a fazer parte de um grande agrupamento de ciências chamado de ciências cognitivas, o qual pode ser dividido nos seguintes domínios: inteligência artificial, evolução e cognição, linguística, neurociências, neurofilosofia e psicologia (Wilson & Keil, 1999).

Todas essas ciências uniram forças para tratar o problema da natureza da inteligência consciente, tendo a neurofilosofia ou filosofia da mente um papel crucial na elucidação do estatuto do autoconhecimento da mente e na elaboração de uma concepção mais clara da natureza (Churchland, 2004). Entretanto, a neurofilosofia é pouco conhecida do público, pois ainda não existem muitos laboratórios que trabalham com o tema no Brasil. Tendo em vista sua baixa difusão, o presente ensaio visa introduzir uma das questões primordiais que ela tenta responder: o problema mente-corpo.

#### Para quê neurofilosofia?

Quando trabalhamos com uma ciência

experimental aplicamos - na maioria das vezes de maneira inconsciente - conceitos filosóficos que influenciam nossa decisão quanto à escolha de um método ou outro, bem como a interpretação dos resultados. Um exemplo de como a filosofia da ciência influencia essa interpretação, se dá quando - ao aplicarmos erroneamente o método científico - pressupomos que os nossos resultados (a partir do momento em que eles são aceitos pela comunidade científica) podem ser generalizados para toda a natureza, apagando as possíveis exceções que possam existir. Essa generalização se baseia num pressuposto filosófico chamado de indução. Segundo Chalmers (1993), a resposta indutivista é que, desde que certas condições sejam satisfeitas, é legítimo generalizar a partir de uma lista finita de proposições de observação singulares para uma lei universal.

Para se entender melhor o princípio da indução, atentemos para o exemplo do mesmo autor que escreve: suponhamos que até hoje eu tenha observado uma grande variedade de corvos sob uma ampla variedade de circunstâncias e tenha observado que todos eles são pretos e que, com base nisto, concluo: "Todos os corvos são pretos". Esta é uma inferência indutiva perfeitamente legítima. (...) Mas não há garantia lógica de que o próximo corvo que observarei não seja cor-de-rosa.

De acordo com Chalmers (1993), na posição indutivista ingênua, a ciência é baseada no *princípio de indução* (...). De acordo com o

indutivista ingênuo, o corpo do conhecimento científico é construído pela indução a partir da base segura fornecida pela observação. A análise até aqui constitui apenas uma explicação parcial da ciência. Pois certamente uma característica importante da ciência é sua capacidade de explicar e prever.

Tendo em vista equívocos metodológicos como esses, a filosofia da ciência visa à elucidação dos limites do fazer científico e assim ao seu aprimoramento. O filósofo não tenta ditar como a investigação e os argumentos científicos devem ser conduzidos; ao invés disso, ele procura enumerar os princípios e práticas que têm contribuído para a boa ciência (Fodor, 1981).

Da mesma maneira, a neurofilosofia trabalha os pressupostos empregados nas ciências cognitivas experimentais. Desde seu surgimento, a filosofia da mente se caracterizou como um novo esforço para retornar aos principais temas clássicos que atravessaram o pensamento na modernidade. Era preciso fazer uma nova tentativa no sentido de determinar a natureza última dos fenômenos mentais (...) sem ignorar os resultados das pesquisas sobre o cérebro humano (Teixeira, 1994). Para se ter uma idéia dos principais temas estudados pela neurofilosofia, o problema mente-corpo será apresentado, o qual não só concerne a própria filosofia da mente, mas todo o desenvolvimento das outras ciências cognitivas.

### O problema mente-corpo

O problema mente-corpo se levanta a partir de questões complexas, porém comuns como "de onde vem a consciência?" ou "qual a origem dos nossos pensamentos?"; questões como essas levam a outras perguntas ainda mais complexas, como se as nossas mentes devem sobreviver à morte do corpo ou se um computador poderia ser dotado de uma consciência. As respostas a essas perguntas podem ser tratadas de duas maneiras distintas: uma através dos pressupostos do dualismo e outra através do monismo.

De acordo com Teixeira (1994), o monismo é a tese que sustenta que só existe um tipo de substância no universo (...). Existem várias formas de monismo, sendo a sua versão mais frequente o materialismo, que afirma que o que chamamos de processos e estados mentais são meramente processos e estados sofisticados de um complexo sistema físico (Churchland, 2004), ou seja, o mental não é diferente do físico (Fodor, 1981), isto é, do encéfalo; o dualismo sustenta que há duas substâncias no universo e uma diferença fundamental e irreconciliável entre elas. No caso, os processos mentais não poderiam ser explicados a partir de uma causa material ou que tenha relação com outros fenômenos físicos hoje conhecidos. Nunca poderíamos supor que a mente e o cérebro são a mesma coisa (Teixeira, 1994) ou que os processos fisiológicos cerebrais sejam o mesmo fenômeno que os processos mentais. A tabela 1 resume as diferentes escolas dualistas e monistas apresentadas no presente texto.

Tabela 1 - Escolas monistas e dualistas e seus diferentes pressupostos (Ems = Estados Mentais).

Teses filosóficas	Diferentes concepções das teses	Ems provêm de meio físico	Ems provêm de meio físico com propriedades especiais não-físicas	Não admite introspecção (Ems se relacionam necessariamente a respostas comportamentais)	Admite que Ems se relacionam a estruturas não neurofisiológicas	Ems podem corresponder aos estados mentais percebidos pelo senso comum
dualismo	Cartesianismo	NÃO	NÃO	ADMITE	ADMITE	S/ AFIRMAÇÕES
	Dualismo da propriedade	SIM	SIM	ADMITE	S/ AFIRMAÇÕES	S/ AFIRMAÇÕES
monismo	Behaviorismo filosófico	SIM	NÃO	NÃO ADMITE	S/ AFIRMAÇÕES	S/ AFIRMAÇÕES
	(Materialismo reducionista) Fiscalismo de eventos	SIM	NÃO	ADMITE	ADMITE	SIM
	(Materialismo reducionista) Fiscalismo de tipos	SIM	NÃO	ADMITE	NÃO ADMITE	SIM
	Funcionalismo	SIM	NÃO	ADMITE	ADMITE	S/ AFIRMAÇÕES
	Materialismo eliminacionista	SIM	NÃO	ADMITE	S/ AFIRMAÇÕES	NÃO

O dualismo não é a concepção mais amplamente defendida em meio à comunidade científica e filosófica atual, mas é a "teoria da mente" mais difundida em meio às pessoas em geral (Churchland, 2004), tendo, aliás, importância fundamental no desenrolar histórico do desenvolvimento das "teorias da mente", pois as primeiras teorias que tentaram de alguma maneira explicar a mente humana foram dualistas (Churchland, 2004).

Existem várias formas de dualismo, entre as quais o dualismo da substância ou cartesianismo é a mais conhecida. Ele admite que a mente possui uma natureza inteiramente independente do corpo e conseqüentemente que ela não é sujeita à morte (Descartes, 1973). Essa idéia é bastante popular, mas cheia de problemas quando passamos a nos questionar que se a mente provém de algo totalmente diferente da matéria, como seria possível a sua ligação ao corpo? Alguns argumentam que essa substância proveria de alguma forma de energia ainda não-descrita pela ciência, porém as provas de sua existência são extremamente parcas, o que levou à modificação desta teoria para uma forma menos radical: o dualismo da propriedade (Churchland, 2004).

Nesse tipo de dualismo, embora não haja outra substância envolvida além da matéria do encéfalo, afirma-se que o último seria dotado de um conjunto especial de propriedades (no caso, os estados mentais; nome que indica estados como sensação de cor, desejos, apreciações e outras sensações e pensamentos que proviriam de nossa mente) que nenhum outro tipo de objeto físico dispõem; tais propriedades são consideradas não-físicas, no sentido de que jamais podem ser reduzidas ou explicadas em termos dos conceitos das ciências físicas habituais (Churchland, 2004).

Pra se entender melhor, basta pensar que essas propriedades poderiam ser consideradas como emergentes (provenientes do tipo de organização complexa que a matéria física de origem dispõe), assim como a cor é uma propriedade emergente da organização específica dos átomos de uma substância. Essas propriedades são facilmente descritas na natureza, mas para o dualista, os estados mentais não se resumiriam somente a isso, pois elas iriam para além da estrutura física do encéfalo, apresentando-se como uma lei presente em todo o universo e independente da organização da matéria que as abriga. Nesse caso, a experiência consciente deve ser considerada como sendo uma característica fundamental do mundo, do mesmo jeito que massa, carga eletromagnética e espaço-tempo (Leal-Toledo & Teixeira, 2005).

De acordo com Chalmers (1996) - um dos mais conhecidos dualistas da atualidade -, não há conexão lógica entre base física ou arquitetura

funcional e consciência. (...). Segundo Teixeira (1997), o livro de D. J. Chalmers, "The Conscious Mind", é talvez a tentativa mais recente de se formular uma teoria abrangente da natureza da consciência. De acordo com o autor, sua teoria é ousada e corre na direção oposta a tudo o que os cientistas cognitivos e neurocientistas desejam: reduzir estados conscientes a uma base neurofisiológica ou física.

Esta posição é uma variedade de dualismo, na medida em que ela postula propriedades básicas além daquelas estipuladas pela física. Mas trata-se de uma variedade inocente de dualismo, inteiramente compatível com uma visão científica do mundo (Teixeira, 1997).

Enquanto que as teorias dualistas se baseiam em hipóteses que ainda não encontraram fundamento experimental ou matemático, reações baseadas nos avanços da pesquisa em neurofisiologia se desenvolveram, originando diversas teorias monistas.

O behaviorismo filosófico foi a primeira delas e afirma que um estado mental nada mais é do que o conjunto de comportamentos observáveis, desencadeados pela entrada de dados ambientais, também observáveis (Churchland, 2004). Assim, segundo Churchland (2004), o estado mental não mais se caracterizaria como algo interior e extraordinário, mas como um conjunto de operações que o indivíduo realiza em determinada situação.

Por exemplo, o estado mental "dor", não é visto como algo único e pessoal, mas apenas como o conjunto de reações comportamentais (o afastamento do membro da fonte de danos, o grito "ai" etc) que a ação "danos celulares" desencadearia. Uma das falhas dessa visão é que ela nega o aspecto introspectivo, isto é, único e pessoal, do estado mental, ou seja, o fato de que, ao vermos a cor vermelha, não só realizamos um conjunto de operações padrão (como o recebimento de dados ambientais e sua saída), como temos a sensação de que algo é vermelho e não laranja, um aspecto puramente introspectivo do ato de enxergar (Churchland, 2004). Essa falha levou ao desenvolvimento de outras concepções de filosofia da mente como o materialismo reducionista, o funcionalismo e o materialismo eliminacionista.

O materialismo reducionista ou teoria da identidade afirma de maneira simples que cada estado mental é idêntico a um estado físico (evento, processo) (Boyd, 1980). Seu nome vem do fato de que cada estado mental seria idêntico a um processo fisiológico interior do encéfalo, fato que seria devidamente provado com o avanço das descobertas no campo das neurociências (Churchland, 2004). Ao assumir que a neurociência pode revelar os mecanismos físicos subjacentes às funções psicológicas, assume-se que é de fato o cérebro que realiza essas funções, isto é, que as capacidades da mente

humana são, na verdade, capacidades do cérebro humano, o que é hipótese altamente provável, baseada em evidências atualmente disponíveis da física, química, neurociência e biologia evolucionária (Churchland, 1994).

A teoria da identidade reconhece que fenômenos mentais possam interagir entre si, sem que para isso, tenham que desenvolver respostas comportamentais, também designadas como "saída de dados" pelos behavioristas (Churchland, 2004). Por exemplo, quando alguém tem uma idéia e abandona a idéia no mesmo instante, sem desencadear deste modo uma ação, estaria se produzindo uma interação entre vários estados mentais, mas, sem o desencadeamento de uma ação ou de uma saída de dados. Assim, essa teoria completa mais uma lacuna deixada pela teoria anterior, a qual negava a existência desses estados mentais.

De acordo com Fodor (1981), a teoria da identidade pode ser dividida em duas doutrinas: o fisicalismo de eventos e o fisicalismo de tipos. Ambos afirmam que existe uma identidade entre os eventos fisiológicos e os processos mentais correspondentes a esses eventos, todavia, o primeiro sustenta que todos os estados mentais até então descobertos são de ordem neurofisiológica, deixando assim, a possibilidade de que existam estados mentais produzidos por qualquer outro meio físico suficientemente complexo e não-neurofisiológico; já o segundo faz a asserção mais arrebatadora de que todos os estados mentais possivelmente existentes são neurofisiológicos, excluindo a possibilidade da existência de outras formas de inteligência não-neurofisiológicas, como, por exemplo, um andróide. Resumindo, o fisicalismo de eventos não elimina a possibilidade lógica de máquinas terem propriedades mentais. O fisicalismo de tipos rejeita essa possibilidade porque as máquinas não possuem neurônios (Fodor, 1981). Para Fodor (1981) o problema com o fisicalismo de tipos é que a constituição psicológica de um sistema parece não depender de seu "hardware", ou seja, de sua composição física, mas sim de seu "software", isto é, de seu programa.

A idéia de que mentes seriam análogas a máquinas computacionais implementadas em diferentes tipos de substrato mostrava-se bastante atraente, não somente porque consistente com, e sugerida pela pesquisa empírica sobre a cognição, mas também por fortalecer a autonomia da pesquisa do mental face à pesquisa do físico (Kim 1998, citado de Abrantes & Amaral, 2002). Entretanto, para o teórico da identidade cada tipo mental é individuado por um tipo físico, engessando-se assim as relações mente-corpo e impossibilitando a múltipla realização (capacidade de estados mentais criarem outros estados mentais), situação que desvela a inépcia desta postura para lidar com o problema mente-corpo (Abrantes &

Amaral, 2002).

Para responder a essa intuição da múltipla realização do mental, vários funcionalistas caracterizaram os estados mentais de um sistema cognitivo em termos da função causal desses estados numa rede causal envolvendo outros estados mentais, "inputs" (entrada de dados) e "outputs" (saída de dados) do sistema (Abrantes & Amaral, 2002). Isto é, os estados mentais poderiam ser a causa de outros estados mentais, afirmando assim, que este estado se resumiria ao seu papel funcional, já que é o fato dele causar outros estados mentais (servindo como "inputs" ao gerar e como "outputs" ao produzir efeitos) que realmente interessa.

Apesar de parecer similar ao behaviorismo filosófico, essa escola não resume os estados mentais a entradas e saídas de dados somente, mas admite que exista uma conexão desse estado a outros estados mentais (o que admitiria a existência de estados mentais que não gerariam, obrigatoriamente, respostas externas comportamentais, como o simples fato de refletir um problema, por exemplo). Assim, a mente passou a se caracterizar como uma rede de diversas relações causais ("inputs" e "outputs"), sem que elas estivessem sempre engessadas a um meio físico.

Aparentemente, o funcionalismo seria também parecido ao materialismo reducionista, afirmando que o estado mental poderia corresponder a qualquer outra estrutura física - seja ela feita de neurônios ou de circuitos -, desde que sua organização seja tão complexa, quanto à organização do encéfalo. Entretanto, diferentemente do primeiro, o funcionalismo admite a possibilidade da criação de estados mentais por outros estados mentais.

O que querem dizer os funcionalistas quando asseveram que uma propriedade não-mental qualquer realiza uma propriedade mental? (...) O fato de ocorrências mentais causarem ocorrências físicas é razão suficiente para concluirmos que tipos mentais façam diferença causal em um mundo físico? (Abrantes & Amaral, 2002).

Mesmo que fenômenos mentais sejam diferentes de fenômenos físicos, os primeiros são necessariamente embasados pelos últimos, no sentido em que, se há alguma mudança no nível do mental, há mudança no nível que o embasa, o físico (Abrantes & Amaral, 2002). Todavia, o funcionalismo pareceu conformar-se a algumas das intuições fundamentais de doutrinas fisicalistas sem, com isso, abrir mão do não-reducionismo do mental ao físico (Abrantes & Amaral, 2002), como o faz o materialismo reducionista.

Outra reação ao materialismo reducionista foi o materialismo eliminacionista. O materialismo eliminacionista afirma que o último é falso, pois uma correspondência exata dos estados mentais

percebidos pelo senso comum, aos estados físicos do encéfalo é impossível, já que a interpretação que o senso comum faria desses estados é totalmente equivocada e distorcida. Assim, de acordo com a primeira escola, as neurociências, ao invés de reiterar as correspondências de um plano a outro, destruiria, com o tempo, as concepções de senso comum, de nossos estados mentais. A importância do materialismo eliminacionista vem do fato de que seria mais adequado considerar nossas mais ternas intuições sobre a função mente/cérebro como hipóteses revisáveis, ao invés de encará-las como certezas transcendentais absolutas ou certezas introspectivamente dadas. O reconhecimento da possibilidade de uma tal revisão faz uma enorme diferença na maneira pela qual nós conduzimos experimentos psicológicos e neurobiológicos, e em como nós interpretamos seus resultados (Churchland, 1994). Desse modo, o materialismo eliminacionista parece ser mais uma forma de revisão do conceito de teoria da identidade, do que como uma teoria contrária a esta.

Como se pôde perceber, variações sobre um mesmo conjunto de problemas vêm desafiando e vencendo todos aqueles que se debruçaram sobre a análise do fenômeno mental no presente século (Vicentini, 2001), Além das controvérsias e adições postas por novas teorias, a neurofilosofia ainda se vê desafiada por tópicos que perspassam todas as escolas. Pretende-se assim, apresentar adiante os principais dilemas com os quais ela está lidando no momento.

### **Desafios futuros**

É sensível para todo aquele que possui ao menos um pequeno conhecimento dos preceitos da ciência atual, um aparente descompasso entre a visão resultante das descrições científicas e aquela imagem do mundo que se obtém pela experiência, por meio dos sentidos e que está baseada nas mais íntimas intuições de como o mundo é. Esse mundo de cores, odores, sabores, etc. é reduzido a um amontoado de desbotados elementos básicos e enunciados de leis que não deixa ver como tão vívidas propriedades possam ser deduzidas a partir de uma base tão elementar (Vicentini, 2001). Dentro dessa linha de pensamento, os *qualia* aparecem como candidatos resistentes às tentativas de lhe outorgarem uma cidadania científica (Vicentini, 2001).

Qualia é o termo empregado para denotar as características intrínsecas de nossas sensações, as quais podemos obter apenas por meio da introspecção (Churchland, 1989, citado por Vicentini, 2001). Os *qualia* resistem a qualquer tentativa de descrição, pois são acessíveis somente à consciência do experienciador (...) e pode-se dizer que o problema central que direciona essa investigação

é o de apurar se um fenômeno com as características que, aparentemente pertencem aos *qualia*, pode ser tratado a partir de uma abordagem fisicalista, como parece ser a diretriz dominante nas ciências da mente contemporâneas (...), pois diante de uma paisagem marinha, onde o céu e o mar aparecem como sendo igualmente azuis, como posso afirmar que estou percebendo uma única cor (Vicentini, 2001)? Afinal, uma vez que todos nós aprendemos as palavras que designam as cores, vendo objetos coloridos e públicos, nosso comportamento verbal concordaria mesmo se nós experienciássemos as cores subjetivamente de modos inteiramente diferentes (Dennett, 1991, citado de Vicentini, 2001).

Deste modo, o problema dos *qualia* se caracteriza como o principal desafio para os neurofilósofos que visam - dentro de cada concepção de filosofia da mente - construir uma abordagem teórica que se adeque a todos os conhecimentos até então adquiridos pelas ciências cognitivas. Deve-se lembrar, entretanto, que, apesar dos desafios e falhas que apresenta cada escola, a abordagem fisicalista está cada vez mais em voga, desviando a atenção outrora dada ao dualismo. São os avanços da pesquisa em neurociências, psicologia e inteligência artificial que são os responsáveis pelo fortalecimento das diversas formas de monismo; aliás, serão possivelmente os avanços futuros da pesquisa nessas áreas que poderão gerar um consenso e mesmo uma concepção de filosofia da mente unificada que possa explicar toda a complexidade da mente humana, isso, claro, se a relação entre os fenômenos físicos do encéfalo aos fenômenos mentais, afirmados pela teoria da identidade e suas complementações, estiver correta.

### **Dualismo ou monismo?**

O dualismo, apesar de ter sido deixado de lado pelas ciências cognitivas experimentais, ainda gera fortes debates em meio à comunidade filosófica e à sociedade em geral. A existência da possibilidade de manutenção da mente após a morte do corpo físico, afirmada pelas escolas dualistas, faz com que essa teoria seja uma das preferidas da comunidade não científica, pois ela responderia às dúvidas existenciais humanas que a ciência e a filosofia não puderam até agora responder. Todavia, em termos científicos, o dualismo não parece apresentar comprovação experimental. Até o momento, o materialismo reducionista parece conseguir responder às atuais dúvidas científicas a respeito da mente, bem como contribuir na construção de um modelo físico desta. Suas complementações, dadas pelo funcionalismo e pelo materialismo eliminacionista, a fortalecem ainda mais, pois abrem respectivamente, o horizonte para a existência de mentes não neurofisiológicas e para a idéia de

que há uma ilusão ao se correlacionar os estados mentais aos estados percebidos pelo senso comum.

Assim, parece não restar dúvidas quanto à veracidade das afirmações do materialismo reducionista, porém estados mentais mais complexos, como a consciência, ainda carecem de um modelo científico maduro, o que gera uma série de reticências à afirmação de que não existem mais questões quanto à correlação estado físico / estado mental. Por enquanto, as evidências se inclinam para o lado do monismo, porém mesmo que esta escola seja a correta, o cientista cognitivo deve manter a mente aberta para as novas descobertas que poderão mudar a idéia do que seria um estado mental; somente a adoção desse espírito aberto, impedirá que o materialismo reducionista se transforme em um dogma, impedindo no futuro, o avanço rumo a um modelo da mente mais próximo da realidade.

### Conclusão

As questões neurofilosóficas são tão antigas quanto o dia em que o primeiro ser humano se fez a pergunta de "quem somos nós". A natureza do pensamento e sua origem perspassou as mentes de grandes filósofos, todavia sem obter consenso. Atualmente, entretanto, os avanços da pesquisa em neurociências são um forte argumento a favor das teorias materialistas, sem que, no entanto, as teorias dualistas sejam abandonadas, pois a pouca idade das neurociências ainda não permite a construção de um modelo científico capaz de explicar completamente estados mentais mais complexos como a consciência.

Se o materialismo se mostrar correto, é fato que antigas questões de ordem filosófica serão respondidas pelas ciências cognitivas, porém isso não quer dizer que a neurofilosofia se tornará obsoleta, já que sempre existirão perguntas para serem respondidas com relação à natureza da mente e, portanto, neurofilósofos para definirem pressupostos por trás das diversas linhas experimentais que irão surgir.

### Agradecimentos

Agradeço a Arnaldo Cheixas-Dias e Rodrigo Pavão pelos valiosos comentários

### Bibliografia

- Abrantes, P.; Amaral, F. Funcionalismo e causalção mental. In. *International Colloquium in Philosophy of Mind*, 3, 2002, Campinas, Brasil. *Proceedings of the Third International Colloquium in Philosophy of Mind*, Campinas, Manuscrito, 2002, 14-45;
- Boyd, R. (1980 ). Materialism without reductionism. In. *Readings in philosophy of psychology*, I, USA, Library of Congress Cataloging in Publication Data;
- Chalmers, A. F. (1993) *O que é ciência, afinal?* São Paulo, SP, Editora Brasiliense;
- Chalmers, D. J. (1996) *The conscious mind: In search of a fundamental theory*. Oxford, Oxford University Press;
- Churchland, P. M. (2004) *Matéria e Consciência, Uma introdução contemporânea à filosofia da mente*. São Paulo, SP, Ed. Unesp;
- Churchland, P. S. (1994). Can neurobiology teach us anything about consciousness? Presidential Address to the American Philosophical Association, Pacific Division. *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*. Lancaster, PA: Lancaster Press. 67-4: 23-40 ;
- Descartes (1973). *Discours de la méthode*. Paris, Librairie Générale Française ;
- Fodor, J. (1981). The Mind/body Problem. *Scientific American*, 244, 124-132;
- Leal-Toledo, G.; Teixeira, J. F. (2005). O dualismo e o argumento dos zumbis na filosofia da mente do século XX. *Cadernos do Centro Universitário São Camilo*, 11, 1;
- Teixeira, J. F. (1994). *O que é filosofia da mente*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo, SP, Ed. Brasiliense
- Teixeira, J. F. (1997). A teoria da consciência de David Chalmers. *Psicologia USP*, 8, 2;
- Vicentini, M. R. (2001). O critério do desempenho: do behaviorismo ao funcionalismo. *Acta Scientiarum*, Maringá, 23, 1, 223-230;
- Wilson R. A., Keil F. (Ed.s) (1999) *The MIT Encyclopedia of the Cognitive Sciences*. Cambridge, MA, MIT Press